Relatório

Registo de descrição

Data relatório 2024-05-03

Registo PT/SGMAI/AADLSB - Auditoria Administrativa do Distrito de Lisboa

Nível de descrição

Código de referência PT/SGMAI/AADLSB

Título Auditoria Administrativa do Distrito de Lisboa

 Datas de produção
 1895-00-00 - 1959-00-00

 Dimensão e suporte
 6 cx.; 4 liv. (0,76 m.l.); papel

Entidade detentora Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

História custodial e arquivística As auditorias administrativas foram criadas em cada distrito, pelo Decreto-Lei de 4 de Maio de 1986,

sendo compostas por um auditor e um agente do Ministério Público. Ao auditor competia, junto com a comissão distrital, julgar as contas de gerência dos corpos administrativos, confrarias e instituições de beneficência. Competia, ainda, ao auditor, julgar as reclamações contra as eleições dos corpos administrativos, irmandades e instituições de beneficência, as reclamações contra as deliberações municipais e juntas da paróquia, e as reclamações de "ofensa dos direitos fundados nas leis ou regulamento da administração pública", entre outras. (art.º 325.º CA 1896). Em 1924, as auditorias distritais foram extintas e as competências do auditor passaram para o competente juiz de direito. (Decreto n.º 9340 de 7 de janeiro de 1924). Conforme o Códigos Administrativos de 1936 e 1940, os tribunais do contencioso administrativo passaram a ser as auditorias (distritais) e o supremo tribunal administrativo (central). As auditorias funcionavam em sede de distrito, compostas por um auditor administrativo, chefe de secretaria e um agente do Ministério Público. Na secretaria da auditoria competia: "dar expediente a todos os processos e negócios que forem afetos ao tribunal, incluindo os privativos do agente do Ministério Público, e a guarda e arquivo dos respetivos livros, processos e mais papéis". (art.º

684.º do Código Administrativo de 1936 e art.º 806.º do Código Administrativo de 1940).

Documentação referente às seguintes secções: Gestão de Informação e Documentação; Gestão dos Recursos Humanos; Gestão do Contencioso.

Avaliação e seleção Procedeu-se à avaliação , elaborando-se um relatório de avaliação das massas documentais acumuladas,

de acordo com as orientações da DGLAB.

Sistema de organização Funcional

Condições de acesso Existe documentação submetida a condições e a prazos de consulta, nos termos da Lei.

 Idioma e escrita
 Português

 Características físicas e requisitos
 Bom

técnicos

Âmbito e conteúdo